



UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE  
**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**  
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA  
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023



CENTRO UNIVERSITÁRIO OCTÁVIO BASTOS

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA  
CONTÁBIL

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR  
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

HENRIQUE CARVALHO FERREIRA,

RA 1012020100715

SILVIA HELENA GONÇALVES DA LUZ,

RA 1012020200175

VERONICA AUGUSTA BASTOS DE

OLIVEIRA, RA 1012020100663

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. PROJETO INTEGRADO</b>	<b>5</b>
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	5
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	6
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	8
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	17
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	17
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	20
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	21
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	24
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	25
2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	26
<b>3. CONCLUSÃO</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>30</b>
<b>RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO</b>	<b>38</b>

# 1. INTRODUÇÃO

É sabido que as práticas contábeis se iniciam junto com a civilização. Em algum momento, o ser humano começou a produzir os recursos que utilizava, e não apenas caçá-los e coletá-los. Com o aprimoramento dessa prática, foi possível acumular esses recursos o que exigiu a proteção destas posses, que passaram a ser mais perenes, ao ponto de passá-las de pais para filhos. Esta é a origem do termo patrimônio, objeto de estudo da contabilidade.

Trazendo para a atualidade, a proteção do patrimônio se tornou um objetivo para pessoas físicas e jurídicas, mas para alcançá-lo, foi necessário o aprimoramento de métodos e técnicas que se adaptaram às legislações dos países e a evolução do mercado.

Uma dessas técnicas contábeis que contribuem para o crescimento e proteção do patrimônio é a auditoria contábil que surgiu da necessidade de verificar a exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis. Sua utilização teve um grande crescimento no final do século XX, com o surgimento de grandes empresas norte-americanas, que abriram seu capital para o mundo e necessitavam cada vez mais da confiança de investidores e credores para evoluírem suas produções. (RIBEIRO e COELHO, 2018).

Há também uma outra técnica contábil, muitas vezes confundida com a auditoria, mas que possui outro objetivo e forma de atuação. Trata-se da perícia contábil, que tem por finalidade analisar e avaliar registros contábeis que servirão como meio de prova a fim de auxiliar na decisão de algum julgamento. Enquanto os usuários de uma auditoria contábil são a alta gerência de uma empresa, os proprietários, acionistas e até fornecedores e clientes, os usuários da perícia contábil são, geralmente, órgãos estatais representados por juízes e advogados. (ALVES, 2017).

Outra diferença entre essas duas técnicas é a forma como é organizada e utilizada a informação. O auditor, ao fim de seu trabalho, irá apresentar um relatório de auditoria, onde constará muitas vezes a sua opinião sobre os resultados e sugestões para melhoria. Por outro lado, o relatório de um perito será diferente, com estruturas diferenciadas e apresentado como um laudo pericial contábil, que conterà informações sem influência de opiniões para que não distorçam o entendimento de um julgamento.

O objetivo deste trabalho consiste em fazer uma abordagem sobre as estruturas dos relatórios utilizados pela auditoria contábil e pela perícia contábil. Para isso, serão utilizados documentos contábeis da Suzano S.A., empresa brasileira que atua na produção de papel e celulose, sendo uma das maiores do mundo na área.

## **2. PROJETO INTEGRADO**

### **2.1 AUDITORIA CONTÁBIL**

É preciso conhecer a contabilidade da empresa como um sistema de informações, do qual destaca o fluxo de trabalho numa organização que cria valor. Ela tem como ação uma atividade comunicativa de coletar, armazenar, processar, organizar, controlar, direcionar e distribuir informações para quem precisa delas.

A maioria das organizações estão envolvidas na produção e criação de bens e serviços que depois vendem aos clientes. Assim, o conhecimento dos processos de negócio, comprar, produzir e vender bens e serviços com mais eficiência são fundamentais. Para Auditoria Contábil isto é tratado como um estudo adequado e avaliação dos sistemas de controles internos existentes nas organizações, através de indagação, observações e averiguação da estrutura organizacional.

## 2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Suzano SA empresa escolhida para este PI, produz relatórios anuais que reúne os principais resultados financeiros, sociais, ambientais e de governança do grupo, bem como os obstáculos, desafios e aprendizados vividos pela companhia. Abaixo discorreremos alguns tópicos escolhidos a respeito da avaliação de controle interno, informações obtidas do Release de Resultados do 4º trimestre de 2022.

### AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**VOLUME DE VENDAS E RECEITAS DE CELULOSE:** A demanda por celulose fibra curta atingiu as expectativas para o período;

a. Sobre o volume de venda nas Américas e Europa

A demanda para fins sanitários manteve-se sólida, entretanto houve baixa nas demandas do tipo papéis de imprimir e de escrever. Isto ocorreu devido o acúmulo de estoque nas distribuidoras

b. Fatores externos mundiais afetaram a compra do produto

Houve sim fatores que influenciaram e que forçaram paradas “não programadas” como medidas restritivas para conter a pandemia da covid na China ,conflitos geopolíticos entre Ucrânia e Rússia, ainda observados pelo mercado com as sanções impostas à madeira russa impactando a produção Europeia de celulose e a escassez hídrica.

c. Sobre o resultado final de vendas anual:

Na visão anual, o volume de vendas em 2022 manteve-se estável frente a 2021 e o preço líquido em USD de celulose mostrou uma valorização de 24%.

**GERAIS:** Resultado da companhia e estratégias aplicadas;

#### a. Resultado da empresa com relação a venda

Com o aumento do preço da celulose em 2022 e contrariando as expectativas de mercado, combinado com forte volume de vendas resultou em EBITDA ajustado recorde em 2022.. Dessa forma, o EBITDA ajustado no ano atingiu o maior patamar de sua história em um ano (R \$28,2 bilhões), elevação de 20% em relação a 2021.

#### b. Estratégias aplicadas

Ao final de 2022 a Suzano contratou uma nova linha de crédito (Export Credit Supported Facility) para financiamento de equipamentos e serviços associados ao Projeto Cerrado. Tal operação tem como condição precedente para o desembolso o plano de ação ambiental e social posteriormente acordado com o IFC para o atendimento dos IFC Performance Standards.

#### c. Compromisso financeiro

Foram anunciadas as aquisições da Parkia e Caravelas, no valor total de R\$ 2,0 bilhões, foram realizadas modernizações nas plantas de Jacareí e Aracruz. Mais um anúncio marcou o ano, com a criação da Suzano Ventures, o Corporate Venture Capital da companhia, que terá US\$ 70 milhões em recursos disponíveis para serem investidos em startups. Além disso, houve importantes avanços na jornada de certificação de projeto de carbono, sobre o qual aguardamos o registro final com a certificadora Verra.



Ressaltamos que tais projeções estão sujeitas a riscos conhecidos e desconhecidos que podem fazer com que tais expectativas não se concretizem ou sejam substancialmente diferentes do que era esperado. Estes riscos incluem entre outros, modificações na demanda futura pelos produtos da Companhia, modificações nos fatores que afetam os preços domésticos e internacionais dos produtos, mudanças na estrutura de custos, modificações na sazonalidade dos mercados, mudanças nos preços praticados pelos concorrentes, variações cambiais, mudanças no cenário político-econômico brasileiro, nos mercados emergentes e internacional. As afirmações sobre expectativas futuras não foram revisadas pelos auditores independentes.

### **2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

Um dos objetivos deste trabalho consiste em fazer uma abordagem sobre a estrutura do relatório utilizado pela auditoria contábil. Para isso, serão utilizadas demonstrações contábeis da Suzano S.A., empresa brasileira que atua na produção de papel e celulose, sendo uma das maiores do mundo na área.

Como sendo uma empresa de capital aberto de sociedade anônima, a Suzano S.A. deve seguir o que está disposto na lei 6404/76, ou como é popularmente chamada a lei das SAs. É apresentado, no artigo 177, parágrafo 3 desta lei, o seguinte texto:

“As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.”

Logo, a empresa está obrigada a passar por auditoria independente, o que ocorre em todas as publicações das demonstrações contábeis, geralmente trimestrais e anuais. Para este trabalho, serão analisadas as últimas demonstrações financeiras publicadas, referentes a 31 de dezembro de 2022.

Nesta publicação, junto com as demonstrações está anexado o “Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas” redigido por auditor devidamente credenciado da equipe da PricewaterhouseCoopers, uma das quatro grandes empresas de auditores independentes atuantes no Brasil, conhecidas como as *Big Four*. Neste relatório, está expressa a opinião do auditor, a base para a opinião, os principais assuntos de auditoria, descrições das responsabilidades e outras informações pertinentes em conformidade com a NBC TA 700, que trata da Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A seguir, foi abordado, destacado e respondido as seções da estrutura do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis (D.C.) sem modificações.

**I- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (RAI s/ D.C.) destaque e responda as questões abaixo. Para essa atividade enviar em office word conforme.**

1) - Título

“Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”

2) - Destinatário - Indicando para quem é dirigido.

“Aos Administradores e Acionistas Suzano S.A.”

3) - Destaque ou Descreva a Seção da Opinião.

a) Descreva qual é a natureza da Opinião do RAI s/ D.C. se é com:

i)-Opinião Sem Modificações (identifique na seção de opinião a expressão)

- Sem modificação;

“Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas **apresentam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”

b) Identificar e destacar o que o auditor expressa na seção da opinião

- Sem modificação

i)-Identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas?

“Suzano S.A.”

ii)-especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as D.C?

“31 de dezembro de 2022”

iii)-Identificar o título de cada Demonstrações Contábeis (D.C), Nota Explicativas e as Principais Políticas Contábeis

“Examinamos as demonstrações [...] que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, [...] bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.”

4) - Seção Base para Opinião

i)-Identificar que a auditoria foi conduzida em conformidade com as normas de auditoria;

“Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria”

ii)-Identificar as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria;

“Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".”

iii)-Identificar que o auditor é independente da entidade de acordo com as exigências éticas.

“Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes [...]”

iv)Identificar a jurisdição de origem das exigências éticas relevantes.

“[...] previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade”

v)Identificar que a evidência de auditoria obtida por ele é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

“Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.”

**5) - Seção Continuidade Operacional**

Não aplicável.

**6) - Seção Principais Assuntos de Auditoria**

i) Identificar os principais aspectos importantes abordado pelo auditor nos seus exames.

“Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)”

“Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)”

“Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)”

“Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)”

**7) - Seção Outras Informações (todos)**

i) Identificar informações inconsistente e distorção de um fato que contradizem as D.C.

“Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.”

**8) - Seção Responsabilidades pelas D.C.**

a) Identificar e destacar no parágrafo onde explica a responsabilidade da administração:

i) pela elaboração .....

“A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), [...]”

ii)-pelos controles internos.....?

“[...] e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.”

**b)** Identifique os nomes dos responsáveis pela administração da empresa – Presidente, Diretoria (Adm. Financeira) e Contador (realce obrigatório).

Walter Schalka - Diretor Presidente

Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

Arvelino Cassaro – Contador

**9)** - Seção da Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das D.C,

**a)** Identificar e destacar qual a responsabilidade do auditor?

i)-Nossos objetivos são.....?

“Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.”

ii)-Segurança razoável é um .....

“Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.”

iii)-As distorções podem ser.....?

“As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.”

**b)** Identificar e destacar como parte da auditoria realizada, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso?

i)-Identificamos e avaliamos os riscos.....?

“Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.”

ii)- Obtemos entendimento dos controles internos.....?

“Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.”

iii)-Avaliamos a adequação das políticas contábeis.....?

“Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.”

iv)-Concluimos sobre a adequação do uso.....?

“Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.”

v)-Avaliamos a apresentação geral.....?

“Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.”

**c) Identificar e destacar os assuntos sobre os responsáveis pela governança?**

i)- Comunicamo-nos.....?

“Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.”

ii)-Fornecemos também aos.....?

“Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,



consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.”

iii)-Dos assuntos que foram objeto de comunicação com.....?

“Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. “

Descrevemos esses assuntos.....?

“Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.”

**d)** Identifique os nomes da Empresa de Auditoria e Auditor Contador com o CRC.

“PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5”

“José Vital Pessoa Monteiro Filho – Contador - CRC 1PE016700/O-0”

**10)** - Aponte no RAI sobre D.C alguma anormalidade na Publicação.

Não aplicável.

**11)** - Identifique e destaque data e local da emissão do RAI sobre D.C.

“São Paulo, 28 de fevereiro de 2023”

## **2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL**

O tópico abaixo do Projeto Integrado tem como objetivo demonstrar a Perícia Contábil como atribuição exclusiva do contador. Também será apresentado a estrutura da Perícia Contábil principalmente quanto ao laudo pericial e como diferenciar os processos de mediação, conciliação e arbitragem contábil.

### **2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL**

A perícia contábil tem como objetivo fornecer ao juiz informações relevantes que serão usadas como prova. A perícia é feita através de procedimentos técnico-científicos, que envolvem vistoria e exame. Quando as partes interessadas não têm conhecimento técnico suficiente sobre o objetivo da prova pericial, a avaliação deve ser feita por um profissional capacitado e que tenha conhecimento sobre o assunto que será tratado, no caso por um perito contábil.

A NBC TP 01(R1) de 2020 do CFC, diz que a perícia contábil é de competência exclusiva do contador em situação regular perante o CRC de sua jurisdição. A perícia é ainda exercida sob tutela do Poder Judiciário. A perícia extrajudicial é exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntário.

O perito ele não serve a interesses pessoais, é quem emite o laudo pericial e é nomeado pelo juiz, já o assistente técnico é uma pessoa de confiança de uma das partes envolvidas no processo, defende a parte que o contratou, emite um parecer, não é uma presença obrigatória e indicado e pago diretamente por quem o contratou. (ALIANÇA PERÍCIA, 2023)

Quando intimado para começar os trabalhos periciais, o perito deve comunicar às partes e aos assistentes técnicos a data e o local.

O Artigo 467 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 diz que o perito pode recusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição. Ao aceitar a recusa do perito, o juiz deve nomear um novo perito que seja aceito pelas partes.

O Artigo 145 da Lei de 16 de março de 2015 diz que há suspeição do juiz quando o mesmo declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar duas razões.

O Artigo 144 da Lei de 16 de março de 2015 diz que também Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado de exercer suas funções no processo:

**I** - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;

**II** - de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão;

**III** - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

**IV** - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

**V** - quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo;

**VI** - quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes;

**VII** - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

**VIII** - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

**IX** - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

§ 1º Na hipótese do inciso III, o impedimento só se verifica quando o defensor público, o advogado ou o membro do Ministério Público já integrava o processo antes do início da atividade judicante do juiz.

§ 2º É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.

§ 3º O impedimento previsto no inciso III também se verifica no caso de mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição nele prevista, mesmo que não intervenha diretamente no processo.

Na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1) de 2020 do CFC, descreve como devem ser feitos os procedimentos periciais. Esses procedimentos visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação:

- O exame visa a análise de documentos, livros e registros de transações;
- A vistoria é a constatação de forma circunstancial;
- A indagação é a busca de informações através de entrevistas;
- A investigação é a pesquisa que visa trazer ao laudo pericial contábil ou parecer técnico contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias;
- O arbitramento é a determinação de valores, quantidades ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico;
- A mensuração é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações;

-A avaliação estabelece o valor das coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas;

-A certificação atesta a informação trazida ao laudo ou ao parecer pelo perito.

Na conclusão dos trabalhos periciais, o perito do juiz apresentará laudo pericial contábil e o perito assistente ou assistente técnico dará seu parecer técnico-contábil nos respectivos prazos. O perito do juiz deve oferecer, se solicitado, o laudo ao assistente técnico, informando a data em que será protocolado o laudo em cartório. O assistente técnico depois de concordar e assinar o laudo pericial junto ao perito do juiz, não pode emitir um parecer técnico contrário a esse laudo. O assistente técnico pode ainda entregar seu parecer, expondo suas convicções sem que isso implique indução do perito do juiz ao erro.

### **2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL**

O Laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil de acordo com o decreto-lei nº 9.295/46, na alínea “c” do Art. 25, devem ser elaborados por um contador ou por uma pessoa jurídica, se permitido por lei, na qual estejam devidamente registrados e habilitados em Conselho Regional de Contabilidade.

De acordo com a NBC TP01, o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos nas quais os peritos devem registrar o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de provas necessários para a conclusão do trabalho. No final do laudo pericial contábil, os peritos devem consignar de forma clara e precisa as suas conclusões. O trabalho do perito é padronizado pela estrutura desse documento.

Quanto a estrutura do laudo pericial contábil, de acordo com a NBC TP01, ele deve conter no mínimo os seguintes itens:

- Identificação do processo e das partes, onde apresenta o número do processo, a vara em que tramita, o nome da autora e da ré e o tipo da ação;

- Síntese do objeto da perícia;
- Resumo dos autos;
- Metodologia adotada para os trabalhos periciais e esclarecimentos, designação do critério escolhido;
- Relato das diligências realizadas, referente a precisão ou não dos serviços de campo;
- Transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o laudo pericial contábil de maneira esclarecedora;
- Transcrição dos quesitos e suas respectivas respostas para o parecer técnico-contábil, onde houver divergência das respostas formuladas pelo perito do juízo;
- Conclusão feita mediante laudo pericial contábil ou ainda com documentações auxiliares;
- Termo de encerramento, constando a relação de anexos e apêndices;
- Assinatura do perito: deve constar sua categoria profissional de contador, seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovado mediante Certidão de Regularidade Profissional (CRP) e sua função: se laudo, perito do juízo e se parecer, perito-assistente da parte. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil;
- Para elaboração de parecer, aplicam-se o disposto nas alíneas acima, no que couber.

### **2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL**

De acordo com a Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 no art. 2º a mediação contábil é deve seguir os seguintes princípios:

- I - imparcialidade do mediador;
- II - isonomia entre as partes;
- III - oralidade;
- IV - informalidade;
- V - autonomia da vontade das partes;
- VI - busca do consenso;
- VII - confidencialidade;
- VIII - boa-fé.

§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.

§ 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

A mediação então é um processo formal na qual as partes que estão em conflito, recebem auxílio de um terceiro que deverá ser imparcial em relação a elas. O mediador não deve sugerir nem impor uma solução e também não deve interferir nos termos de um eventual acordo entre as partes. O papel do mediador é fazer com que as partes cheguem a um acordo que seja bom para ambas as partes.

A conciliação é um processo mais rápido, onde o conciliador sugere uma solução para a lide através de técnicas específicas para auxiliar todas as partes a chegarem a uma solução, ou seja, o acordo. O conciliador assim como o mediador deve ser imparcial.

A mediação e a conciliação são consideradas métodos similares, de acordo com o Código de Processo Civil, em seu artigo 165, mostra que a diferença entre eles é que o conciliador atua de maneira geral nas ações que não houver vínculo entre as partes e ainda poderá sugerir solução para o caso. Já o mediador trabalha nas ações em que as

partes possuem vínculos com objetivo de restaurar o diálogo para que elas proponham uma solução para o caso. (TJDFT, 2023)

Outra modalidade que as partes poderão escolher é a arbitragem, que é regulamentada pela Lei 9.307/96. Quando as partes optam pela arbitragem, elas irão afastar a via judicial e deixar que um ou mais terceiros (os árbitros e sempre em números ímpares), que detenham vasto conhecimento sobre o assunto discutido, decidam sobre o conflito. (TJDFT, 2023)

O processo de arbitragem possui alguns princípios norteadores explícitos que são: a boa-fé das partes; igualdade das partes; o contraditório e a ampla participação das partes no processo; a celeridade e a imparcialidade do árbitro, além do seu livre conhecimento.

O Art. 26 da Lei 9.307/96 diz que são requisitos obrigatórios da sentença arbitral:

- I - o relatório, que conterà os nomes das partes e um resumo do litígio;
- II - os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito, mencionando-se, expressamente, se os árbitros julgaram por equidade;
- III - o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e
- IV - a data e o lugar em que foi proferida.

Parágrafo único. A sentença arbitral será assinada pelo árbitro ou por todos os árbitros. Caberá ao presidente do tribunal arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença, certificar tal fato.



No Brasil tanto a Lei de Arbitragem quanto a Lei de Mediação são resultantes da evolução jurídica brasileira, visando tornar o direito processual brasileiro mais social.

Os benefícios do uso da mediação e da conciliação pode ser considerado a velocidade, autonomia da vontade das partes, a informalidade dos processos, a efetividade, a confidencialidade, a prevenção de conflitos, além de ser um processo mais tranquilo em relação ao processo normal, onde as partes concordam previamente em encontrar uma solução. Outro benefício é que as partes mesmo podem mostrar soluções para os conflitos diminuindo o desgaste emocional, poupando tempo e recursos financeiros.

As vantagens da arbitragem estão ligadas também a velocidade, economia, especialidade, confidencialidade, autonomia e à segurança jurídica.

## **2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS**

A Formação para a Vida é um dos eixos do Projeto Pedagógico de Formação por Competências da UNIFEQB. Portanto será descrito a seguir uma síntese sobre um dos assuntos mais importantes para a vida pessoal e profissional de qualquer ser humano; como gerenciar conflitos, e como esta competência se faz cada vez mais necessária no dia-a-dia.

### **2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS**

O conflito surge a partir das diferenças pessoais, sejam elas sobre diferenças de interesses, de valores, de visão sobre o mundo. A primeira impressão que temos sobre conflitos é que ele é algo ruim e que deve ser evitado, mas devemos aceitar o fato de que o conflito é algo natural nos relacionamentos e aprender administrá-lo. Assim podemos aproveitar a oportunidade e ter um novo entendimento da situação e até mesmo mesmo crescer com uma mudança.

O conflito gera amadurecimento e aprendizado tanto pessoal quanto profissional. Em um conflito é preciso que desenvolvamos a habilidade de expressar sentimentos pois além de termos que lidar com nossos sentimentos, será preciso entender os sentimentos das outras pessoas.

Nós seres humanos em algum momento da vida passamos por situações em que precisamos ter conversas difíceis com alguém, seja nos relacionamentos pessoais, amorosos ou profissionais. Não é fácil dar uma notícia ruim ou pedir desculpas, mas é preciso enfrentar e seguir em frente.

Para tornar menos difíceis essas conversas, precisamos ouvir com mais empatia sem julgamentos, é necessário que pensemos antes de falar e dessa forma conseguir entender melhor a situação. É preciso também conhecer a história das pessoas antes de deduzir algo, em tempos de redes sociais estamos sempre preocupados em julgar o comportamento alheio. O que acontece de fato é que a verdade é subjetiva, cada um dos lados traz suas próprias verdades, não adianta apenas supormos, é necessário dialogar, perguntar para assim resolver os conflitos.

O método da comunicação não violenta nos mostra que ouvir é uma das principais maneiras de gerenciar um conflito. O primeiro pilar da comunicação não violenta é a observação, onde é possível compreender o que o outro faz. O segundo pilar são os sentimentos, onde devemos encarar os sentimentos e o que eles impõem. O terceiro pilar são as necessidades, aqui precisamos expor o que realmente precisamos. O quarto pilar é feito o pedido, de forma clara, objetiva e direta.

Outro ponto importante da comunicação não violenta é conectarmos com nós mesmo sem vitimismo, sem sermos tão duros com nossos próprios sentimentos. É preciso aprender a respeitarmos nossos próprios sentimentos, limites, aceitar os erros e entender que fazem parte da vida de todas as pessoas.

Para nos destacarmos na resolução de conflitos, devemos ter em mente algumas coisas como a persuasão. É preciso mostrar que os exemplos têm mais poder do que as palavras. É preciso que também tenhamos coerência pois a coerência traz confiabilidade. Devemos reconhecer que nossos valores não estão à venda.

O processo de resolução de conflitos exige muito autoconhecimento, jamais devemos esquecer quem somos e que o outro também tem sua história, sentimentos, necessidades e valores. É totalmente possível enxergar o conflito como uma oportunidade de crescimento.

### **2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA**

Neste tópico do PI será apresentado um vídeo sobre os conflitos existentes na vida profissional e pessoal de qualquer indivíduo, conflitos estes quase impossíveis de serem evitados uma vez que lidamos diariamente com pessoas totalmente diferentes. Entretanto torna-se possível quando há um autoconhecimento, empatia e observação do ambiente e da situação em redor, sem pré-julgamentos e preconceitos.

Link para o vídeo: <https://youtu.be/5BF3wAhR03Q>

### 3. CONCLUSÃO

A perícia contábil é uma auxiliadora na resolução de conflitos judiciais, e no âmbito da contabilidade de uma organização, por exemplo, ela atua com fatos ou questões contábeis utilizados para que se possa provar determinada situação.

Já a auditoria atua como ferramenta para detectar erros e fraudes, também essencial para verificar se as normas da organização estão sendo seguidas, ou seja, em nível corporativo, para averiguar as ações da gestão e da diretoria.

Embora os métodos sejam semelhantes, suas técnicas possuem objetivos distintos.

Para Suzano SA, empresa escolhida para este projeto, a transparência e a conduta de seus gestores é extremamente importante e de acordo com seu propósito o mesmo não pode ser inventado e sim revelado. Partindo deste princípio a empresa contrata auditores independentes e após as auditorias disponibiliza todos os relatórios, assim também como o perfil e competências de sua diretoria e conselho.

Tal propósito e transparência tem mostrado que a Suzano está no rumo certo, a cada ano mais forte e sólida. O grupo mostra que é possível gerar lucro mantendo o foco e o comprometimento da diretoria com seus colaboradores, com a sociedade e com o meio-ambiente.

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA PERÍCIA. **Perito Oficial x Assistente técnico**. 29/07/22. Disponível em: <<https://www.aliancapericia.com.br/perito-oficial-x-assistente-tecnico/>> Acesso em 16 de março de 2023.

ALVES, Aline. **Perícia Contábil I**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BRASIL. **Artigo 144 da Lei nº13.105** de 16 de Março de 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28895335/artigo-144-da-lei-n-13105-de-16-d-e-marco-de-2015>> Acesso em 16 de março de 2023.

BRASIL. **Artigo 145 da Lei nº13.105** de 16 de Março de 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28895299/paragrafo-1-artigo-145-da-lei-n-13105-de-16-de-marco-de-2015#:~:text=145.,necessidade%20de%20declarar%20suas%20raz%C3%B5es.>>> Acesso em 16 de março de 2023.

BRASIL. **Artigo 156 da Lei nº13.105** de 16 de Março de 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28895169/artigo-156-da-lei-n-13105-de-16-de-marco-de-2015>> Acesso em 16 de março de 2023.

BRASIL. **Artigo 467 da Lei nº13.105** de 16 de Março de 2015. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28892192/artigo-467-da-lei-n-13105-de-16-d-e-marco-de-2015>> Acesso em 16 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº6.404** de 15 de Dezembro de 1976.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)> Acesso em 08 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº9.307**, de 23 de setembro de 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19307.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm)> Acesso em 22 de março de 2023

BRASIL. **Lei nº13.140**, de 26 de junho de 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm)> Acesso em 21 de março de 2023.

RIBEIRO, Osni M.; COELHO, Juliana M. R. **Auditoria** 3. Ed.- São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SUZANO. **Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022**. Disponível em: <<https://ri.suzano.com.br/Portuguese/Informacoes-Financeiras/Central-de-Resultados/default.aspx>> Acesso em: 08 de abril de 2023.

SUZANO. **Relatório 2020**. Disponível em: <<https://r2020.suzano.com.br/wp-content/uploads/2021/05/RelatorioSuzano2020.pdf>> Acesso em: 07 de abril de 2023.

TJDFT. **Mediação x Conciliação x Arbitragem**. Disponível em : <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/mediacao-x-conciliacao-x-arbitragem>> Acesso em 22 de março de 2023.

## **ANEXOS**

Nas páginas a seguir, está contido, na íntegra, o documento “Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas” referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Suzano S.A.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Suzano S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

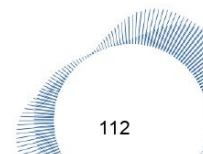
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





---

**Porque é um PAA**
**Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)**

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social.

O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração.

Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com dados e informações analisadas em nossa auditoria.

---

**Porque é um PAA**
**Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)**

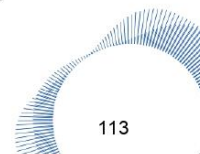
Os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto de atenção da nossa auditoria,

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de



---

**Porque é um PAA**

considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo.

Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.

---

**Porque é um PAA**
**Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)**

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose.

O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

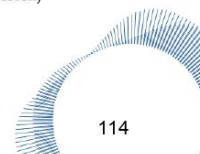
---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto.

Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência,



---

### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

---

### Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração.

Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial.

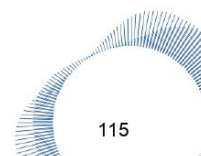
Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado





As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

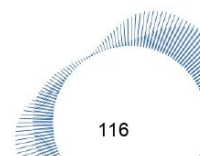
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes



quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

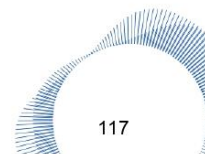
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

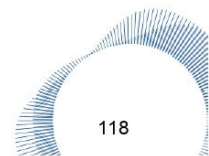
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 28 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho  
Contador CRC 1PE016700/O-0



# RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Esta parte do projeto, está destinada ao relatório de autoavaliação dos integrantes do grupo. O relatório foi desenvolvido, para registrar essa atividade extensionista, que fará parte do currículo de cada estudante.

## RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
<b>RELATÓRIO:</b> Final Individual
<b>CURSO:</b> Ciências Contábeis
<b>MÓDULO:</b> Auditoria Contábil / Perícia e Arbitragem Contábil
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL:</b> Paulo César Montanheiro
<b>ESTUDANTE:</b> Verônica Augusta Bastos de Oliveira
<b>PERÍODO DE REALIZAÇÃO:</b> Março/Abril 2023
2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>O objetivo do projeto integrado é para que nós estudantes consigamos aprender na prática como cada demanda contábil funciona em seus determinados setores através de pesquisas com empresas reais. Foi proposto nesse projeto, como é feito uma análise de controle interno de uma empresa real mostrando os pontos fortes e fracos através de relatórios e ainda como são elaborados e analisados os relatórios de auditoria independente. Foi proposto também quando são solicitadas a perícia ou arbitragem contábil.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>Como primeiro contato com a Auditoria, perícia e normas regidas, nosso desafio foi de forma adequada expressar em palavras cada entendimento de forma individual e reunir nossas ideias em grupo.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>O cronograma foi definido pela equipe onde teria o responsável por editar os vídeos, sínteses dos tópicos e a formatação por todos conforme desenvolvia o tópico que ficou responsável.</p>

Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.

O principal meio de comunicação de nossa equipe é através de aplicativo de troca de mensagens e vídeo, onde conseguimos tirar nossas dúvidas e apontamentos em tempo real. Nossa maior fonte de informações é a internet, onde realizamos todas nossas pesquisas e também onde conseguimos suporte dos tutores através de troca de emails.

a. Aspectos positivos

O aprendizado através de pesquisas com empresas reais e exemplos práticos que podem ser inseridos no dia-a-dia.

b. Dificuldades encontradas

Lidamos com a insegurança e dúvidas encontradas durante a elaboração do PI.

c. Resultados atingido

O aprendizado através das pesquisas.

d. Sugestões / Outras observações

Encontramos dificuldades em conseguir, por meios pessoais, informações das empresas. Estas não disponibilizam relatórios para que o PI fosse desenvolvido.

### 3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA1012020100715	NOME HENRIQUE CARVALHO FERREIRA
RA1012020200175	NOME SILVIA HELENA GONÇALVES DA LUZ
RA1012020100663	NOME VERÔNICA AUGUSTA BASTOS DE OLIVEIRA
RA	NOME
RA	NOME



**RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante B)**

<b>1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE</b>
<b>RELATÓRIO:</b> Final Individual
<b>CURSO:</b> Ciências Contábeis
<b>MÓDULO:</b> Auditoria Contábil / Perícia e Arbitragem Contábil
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL:</b> Paulo César Montanheiro
<b>ESTUDANTE:</b> Silvia Helena Gonçalves da Luz
<b>PERÍODO DE REALIZAÇÃO:</b> Março/ Abril 2023

<b>2. DESENVOLVIMENTO</b>
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>O objetivo do projeto integrado é para que nós estudantes consigamos aprender na prática como cada demanda contábil funciona em seus determinados setores através de pesquisas com empresas reais. Foi proposto nesse projeto, como é feito uma análise de controle interno de uma empresa real mostrando os pontos fortes e fracos através de relatórios e ainda como são elaborados e analisados os relatórios de auditoria independente. Foi proposto também quando são solicitadas a perícia ou arbitragem contábil.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>Como primeiro contato com a Auditoria, perícia e normas regidas, nosso desafio foi de forma adequada expressar em palavras cada entendimento de forma individual e reunir nossas ideias em grupo.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>O cronograma foi definido pela equipe onde teria o responsável por editar os vídeos, sínteses dos tópicos e a formatação por todos conforme desenvolvia o tópico que ficou responsável.</p>
<p>Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.</p> <p>O principal meio de comunicação de nossa equipe é através de aplicativo de troca de mensagens e vídeo, onde conseguimos tirar nossas dúvidas e apontamentos em tempo real. Nossa maior fonte de informações é a internet, onde realizamos todas nossas pesquisas e também onde conseguimos suporte dos tutores através de troca de emails.</p>

<p>A. Aspectos positivos O aprendizado através de pesquisas com empresas reais e exemplos práticos que podem ser inseridos no dia-a-dia.</p>	
<p>B. Dificuldades encontradas Lidamos com a insegurança e dúvidas encontradas durante a elaboração do PI.</p>	
<p>C. Resultados atingido O aprendizado através das pesquisas.</p>	
<p>D. Sugestões / Outras observações Encontramos dificuldades em conseguir, por meios pessoais, informações das empresas. Estas não disponibilizam relatórios para que o PI fosse desenvolvido</p>	
<p><b>3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO</b></p>	
RA 1012020100715	NOME: HENRIQUE CARVALHO FERREIRA
RA 1012020200175	NOME: SILVIA HELENA GONÇALVES DA LUZ
RA 1012020100663	NOME: VERÔNICA AUGUSTA BASTOS DE OLIVEIRA
RA	NOME
RA	NOME

## RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante C)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
<b>RELATÓRIO:</b> Final Individual
<b>CURSO:</b> Ciências Contábeis
<b>MÓDULO:</b> Auditoria Contábil / Perícia e Arbitragem Contábil
<b>PROFESSOR RESPONSÁVEL:</b> Paulo César Montanheiro
<b>ESTUDANTE:</b> Henrique Carvalho Ferreira
<b>PERÍODO DE REALIZAÇÃO:</b> Março/ Abril 2023

2. DESENVOLVIMENTO
<p>Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe</p> <p>O objetivo do projeto integrado é para que nós estudantes consigamos aprender na prática como cada demanda contábil funciona em seus determinados setores através de pesquisas com empresas reais. Foi proposto nesse projeto, como é feito uma análise de controle interno de uma empresa real mostrando os pontos fortes e fracos através de relatórios e ainda como são elaborados e analisados os relatórios de auditoria independente. Foi proposto também quando são solicitadas a perícia ou arbitragem contábil.</p>
<p>Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.</p> <p>Como primeiro contato com a Auditoria, perícia e normas regidas, nosso desafio foi de forma adequada expressar em palavras cada entendimento de forma individual e reunir nossas ideias em grupo.</p>
<p>Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.</p> <p>O cronograma foi definido pela equipe onde teria o responsável por editar os vídeos, sínteses dos tópicos e a formatação por todos conforme desenvolvia o tópico que ficou responsável.</p>
<p>Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.</p> <p>O principal meio de comunicação de nossa equipe é através de aplicativo de troca de mensagens e vídeo, onde conseguimos tirar nossas dúvidas e apontamentos em tempo real. Nossa maior fonte de informações é a internet, onde realizamos todas nossas pesquisas e também onde conseguimos suporte dos tutores através de troca de emails.</p>

<p>E. Aspectos positivos O aprendizado através de pesquisas com empresas reais e exemplos práticos que podem ser inseridos no dia-a-dia.</p>	
<p>F. Dificuldades encontradas Lidamos com a insegurança e dúvidas encontradas durante a elaboração do PI.</p>	
<p>G. Resultados atingido O aprendizado através das pesquisas.</p>	
<p>H. Sugestões / Outras observações Encontramos dificuldades em conseguir, por meios pessoais, informações das empresas. Estas não disponibilizam relatórios para que o PI fosse desenvolvido</p>	
<p><b>3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO</b></p>	
RA 1012020100715	NOME: HENRIQUE CARVALHO FERREIRA
RA 1012020200175	NOME: SILVIA HELENA GONÇALVES DA LUZ
RA 1012020100663	NOME: VERÔNICA AUGUSTA BASTOS DE OLIVEIRA
RA	NOME
RA	NOME